numa série de reuniões tentando compreender como está sendo dado o atendimento habitacional em todas as esferas do município e do Estado no território do Município de São Paulo. Então, recursos do FMH e outros recursos. Por isso que a solicitação foi informação sobre o andamento desse projeto. Como Conselheira, tem na lei do Conselho, precisamos de fato deliberar sobre a política do município. Por isso que desde o começo tem a pauta também de fazer essas discussões no âmbito da aprovação do Plano Municipal de Habitação, para não ficar, enfim, alternativas e demandas soltas, mas sim dentro de um plano que já foi feito, que já foi aprovado pelo Conselho inclusive, em 2016. Então, é nesse âmbito que queremos entender o que está acontecendo com atendimento habitacional. Isso que o senhor apresentou eu estou entendendo que já é um plano aprovado pelo Conselho das ZEIS, porque são diretrizes, como isso está sendo comunicado ao Conselho Municipal de Habitação eu estou entendendo que isso que está sendo colocado é algo que os Conselhos de ZEIS já deliberaram. Essas 681 unidades são ainda um estudo de massa, não é exatamente o projeto, como é que dá para saber quem vai ser atendido e quem não vai ser atendido se não temos o projeto executivo, ou o projeto básico que seja finalizado, como é que vamos saber? Isso para o Conselho de Habitação é importante saber: qual é o número de demanda, número de pessoas de fato a serem atendidas. Como está esse projeto, enfim. Tem um recurso do município que vai para uma PPP do Estado, isso de fato é um ponto importante de discussão em termos de articulação federativa da política. A outra coisa, um dos prédios vai ser comprado para ser locação social. Comprado com qual recurso? Do FUNDURB? Porque a PPP, na verdade o business da PPP é a gestão, não a construção, então, esses recursos da locação social vão voltar para quem? Porque na resolução do Conselho o recurso da locação social volta para o Fundo. Esse prédio da locação social os recursos vão voltar para quem? Aí queria só reforçar a discussão do Sandro sobre as PPPs no âmbito do Conselho. **Sr. Nelson** - A primeira coisa que queria colocar é que na verdade a quadra 36 é uma intervenção do Estado, a SEHAB constituiu o conselho gestor, porque a competência dela pelo PDE e gerimos, mas a intervenção é do Governo do Estado. As quadras 37 e 38, esse plano de intervenção foi mostrado ao conselho gestor, foi discutido ao conselho gestor, mas mostrei aqui que das atividades pendentes seria aprovação desse Plano. Ele não foi aprovado ainda pelo conselho gestor, isso aqui é uma proposta que foi discutida, foi apresentada. O documento mandado na convocação é o documento completo da intervenção. **Sr. Nelson** - Agregamos o documento integral e essa apresentação, que isso daí foi uma coisa bem mais rápida. Quando falei comprar um prédio me expressei mal – Talvez porque fazia tempo que não falava em público – não é comprar, na verdade é equalizar. O que é a PPP? Realmente acho que a PPP é uma forma de construir, tenho a visão mais pragmática, quer dizer, é uma hora que estou procurando a iniciativa privada para produzir HIS. A ideia que temos aqui é que desses empreendimentos, pelo menos 80% sejam HIS. Não conheço muito bem a PPP do Estado para dizer qual é a proporção, mas a garantia que tenho é que num estudo preliminar tenho mais de 600 unidades, para um público de famílias menor de 400 unidades, para atender. Se não conseguir viabilizar nenhuma carta de crédito da CDHU, que já viabilizou 20. Vou dizer que fiquei surpreso, porque a carta de crédito da CDHU é R$150 mil, e já ter conseguido 20 cartas de crédito, que a pessoa conseguiu comprar, acho que isso realmente é um logro importante. O que é a carta de crédito? A carta de crédito é o mesmo financiamento como se estivesse comprando uma unidade do Minha Casa Minha Vida. Tenho financiamento. Esse financiamento é subsidiado de acordo com a renda e vou pagando. Eu escolho, compro a casa e depois vou pagando da mesma forma. Quer dizer, tem uma diferença em termos de como cheguei, como adquiri esse imóvel. Um eu peguei um imóvel novo, que foi feito pelo Minha Casa Minha Vida, ou pela COHAB. E esse é um imóvel que procuro no mercado e compro. A carta de crédito tem uma flexibilidade que a família pode aumentar, complementar esse valor, quer dizer, ela dá mais flexibilidade para a família. Então, alguma família que tenha um pouco mais de recurso pode viabilizar mais fácil com a carta de crédito. É um financiamento, quer dizer, ele tem R$150 mil financiados, ele pode botar mais dinheiro e comprar uma casa melhor, alguma coisa assim, ok? Então, quando falei comprar o edifício, realmente é uma das ideias discutir, porque na verdade o privado não vai fazer nada de graça, o privado tem que ter um retorno do capital que investe, ele tem que ter um lucro, senão não vai fazer isso, vai fazer outra coisa. Então, na verdade, o município a hora que monta essa operação, você tem aí a questão do terreno, isso é tudo uma questão de custo que é feito no modelo econômico, se o cara se interessa ou não. A PPP tem o interesse em continuar, porque imagino que ele já esteja mobilizado, esteja tocando as obras lá, e para ele tem uma facilidade de avançar, isso facilita. Mas isso também é uma proposta. Se não der certo pela PPP vamos construir pela COHAB, vamos viabilizar isso. Quer dizer, a PPP viabiliza em curto prazo, inclusive o que estamos tentando agora, estamos estudando a possibilidade de direcionar a desapropriação em determinado trecho, pegar os terrenos que estão mais disponíveis, têm terrenos que são mais fáceis de desapropriar, que não desalojo pessoas. E tentar construir antecipadamente aí, porque aí evito a questão do auxílio aluguel, ganho confiança das famílias, porque tenho unidade, vou tirando e fazendo mais ou menos um xadrez para solução definitiva. O Secretário já nos autorizou a fazer isso aqui. Então, se conseguirmos realmente desapropriar uma área do terreno e poder iniciar o prédio, essa é nossa intenção, porque aí a gente cria aquele processo de ir tirando as pessoas já para a solução definitiva. **Sr. Aloísio** - Existe uma recomendação deste Conselho, que todas as apresentações devem ser encaminhadas antes à Secretaria, para que possamos distribuir previamente aos Conselheiros para conhecimento, para que já venham munidos aí de uma eventual pergunta, questionamento sobre o ponto de discussão. Isso não se repetirá mais. Também sobre a questão das apresentações, elas ficam disponíveis em nosso site, então, hoje mesmo já estarão disponíveis no site todas as apresentações. E também em nossas redes sociais têm alguns depoimentos das famílias em relação ao Asdrúbal do Nascimento II. Acho que vale a pena acompanhar, viu, Miguel, até para esclarecer aquela pergunta sua sobre o fim da jornada de autonomia. Se chama Meu Lar Minha História. Não tem voto no item 3.1, porque é só a título de informes. Vou abri para pequenos comentários. **Sra. Nete** – Agradeço a oportunidade. Vou procurar ser bastante rápida nos meus comentários e preocupações. Desde meados de 2013, julho e agosto que já vem fazendo essas remoções lá entre a famosa e apelidada Cracolândia. Na Dino Bueno, ali na Alameda Nothmann teve mais de 400 famílias removidas em 2013. E teve um termo de compromisso do Governo do Estado. Infelizmente essas famílias, algumas voltaram até para as ocupações, porque o compromisso não foi cumprido. Essa é uma das preocupações. As outras questões que foram colocadas aí, Sr. Secretário, estamos sem reunião do Conselho, eu como Conselheira gestora das quadras 37 e 38 desde agosto. Não sabíamos desses 70% da desapropriação, não foi tratado e não foi discutido com os Conselheiros. Queria sugerir que fosse para a base, que fosse lá para que os Conselheiros discutissem, amadurecessem, e aí com certeza estaríamos entendendo melhor talvez o que está acontecendo e vocês também. A pedido dos moradores estamos aqui. E dessas 681 unidades que estão aí previstas, estimadas, não sabemos também quem é que vai, quem é que fica e o que vai ser feito com aquele que não vai. Outra questão, que já fiz a crítica e o Nelson sabe disso, porque utilizar, lembrando que o auxílio moradia já é tão pouco, e porque utilizar a Portaria 131 para atender as famílias, que lembrando que ela não pediu para bater na porta dela e ser atendida com a Portaria 131, simplesmente em 2017 ela foi surpreendida com trator derrubando a casa dela. Esses R$50 milhões também nós não sabíamos que é do FUNDURB, se vai ou não, se foi discutido aqui entre os Conselheiros. E têm estrangeiros, Sr. Secretário, na área também. O que vai ser feito? Os moradores querem simplesmente que a partir do momento que eles tiverem de entregar a chave do seu quartinho, que seja entregue então a chave do financiamento que foi prometido para eles. **Sr. Álvaro** - Com relação a PPP, queria esclarecer uma situação. Quando a gente pensa que o Poder Público está comprando um terreno, desapropriando um terreno e construindo alguma coisa, algum empreendimento nesse terreno, ele não é dado à empresa, ele não é dado ao munícipe. As PPPs que a COHAB lançou recentemente, a quantidade de equipamento comunitário que o empreendedor tem que fazer é muito grande. Uma das que participei e estamos vendo como vamos tocar, temos que construir uma passarela sobre o Rio Pinheiros. Então, não é simplesmente o Poder Público está dando alguma coisa para alguém, o retorno para o munícipe, para a sociedade, para a cidade é muito grande. Então, quando se fala em PPP tem que analisar com mais cuidado, a crítica não pode ser simplesmente "Está sendo feita alguma coisa em benefício de alguém", são os retornos que a cidade, a sociedade e a população de baixa renda vão ter. Senão me engano, em torno de 70% das unidades que foram lançadas em PPP são HIS 1 e HIS 2. **Sra. Fátima** - Boa tarde a todos e a todas. Só um comentário. Assim, é muito preocupante, quando falamos em reunião anterior que tinha praticamente quase 30 mil famílias na fila para um atendimento e num auxílio aluguel vergonhoso, digamos assim, que o companheiro Miguel já comentou bastante sobre isso. E agora mais uma vez nos encontramos aqui sem receber material nenhum para avaliar e discutir antes, em uma situação dessas, que a companheira Nete esclareceu bastante coisa, que fomos pegos de surpresa com isso que nos chegou, não foi em nosso material, não conseguimos ler e discutir o material. Então, é preocupante, Secretário, que discutimos no atendimento das famílias que estão no auxílio aluguel. E agora novamente querendo tirar as famílias da onde estão morando para dar vergonhosamente um auxílio aluguel, para atender a Parceria Público-Privada. Espero que não aconteça isso enquanto não resolvermos a questão da fila do aluguel social que está aí batendo. E a Secretaria de Habitação não vai construir habitação de qualidade para as famílias? As famílias têm direito de sair, mas para ir para uma habitação de qualidade e não para ir para um aluguel vergonhoso de R$400 reais. **Sra. Mariza** - Nós Conselheiros, solicitamos a pauta a título de esclarecimentos ano passado, e não fomos atendidos, sobre uma reunião específica da PPP. Tem companheiro que tem mais esclarecimento, mas, nós, movimentos, temos muitas dúvidas. Então, precisamos de uma tarde, ou um dia que seja, chamar todos os representantes do Conselho, fazer um seminário que seja. Pedimos isso no ano passado, para ter esclarecimentos, para sabermos sobre a questão da demanda, qual é o público. Se nossas demandas, que são dos Movimentos Sociais, estão adequadas para ser atendidas. Que temos experiência disso no Governo do Estado e sabemos que algumas demandas nossas não conseguiram pagar. Então, por isso que pertinentemente insistimos de ter um dia específico de esclarecimento, um seminário, para tirarmos todas essas dúvidas. **Sr. Aloísio** - Falei agora com a COHABe juntos faremos uma extraordinária apenas sobre a PPP, para esclarecimento de dúvidas. Essa extraordinária vai ser marcada o quanto antes com uma única pauta, sobre a PPP, com a presença do Reinaldo Iapequino e também do Leandro, da COHAB, vamos agendar e assim a Secretaria Executiva do CMH, encaminhará essa data a todos. **Sr. Alexandre**- Só para dizer que a pergunta que fiz não foi respondida. Perguntei: são dois tipos de imóveis, duas medidas diferentes, um de 1 dormitório e outro de 2. Não foi falado valor, nem nada. A outra questão é, pegarmos e indicarmos eu, minha esposa, meu filho para baratear, para que tenha menos subsídio, mais subsídio, para aumentar renda, né? Acho que isso é uma proposta maldosa ou é uma proposta de quem não conhece, porque se indicar minha filha, quando ela for participar, vai aparecer que ela foi contemplada, então ela não vai participar de programa habitacional nenhum. Então, acho que tem que rever isso daí. **Sra. Samira** - Como é só para comentário, queria pedir para na próxima reunião ser apresentadas as questões financeiras do empreendimento. Então, todo investimento do Poder Público. Para o que é. É desapropriação, construção, investimento privado e todos os dados para conseguirmos enxergar melhor. **Sr. Aloísio** - Para a extraordinária da PPP? **Sra. Samira** - Sim. **Sr. Aloísio** – Registrada a consideração da Conselheira Samira vou dar a palavra ao. Próximo auditório. **Sr. Felipe** - Sou Felipe, Conselheiro da quadra 36 A primeira coisa que é importante dizer aqui no Conselho Municipal de Habitação é que o conselho gestor da quadra 36 foi formado com a quadra já vazia. Fomos eleitos num sábado, no domingo começaram as remoções e quando tomamos posse já não tinha mais ninguém na quadra, já estava tudo sendo decidido. E mais uma vez o que acontece aqui hoje é que essa apresentação que está sendo feita aqui dentro do Conselho Municipal de Habitação ainda não foi apresentada no conselho da quadra 36, que vai ser hoje à noite. Hoje à noite vai ter uma reunião, em que justamente a pauta vai ser a discussão dessas soluções. As 20 cartas de crédito concedidas para a população da quadra 36, é importante se perguntar onde foram feitas. Sabemos, teve uma família que se mudou para Mogi, não é mais do centro de São Paulo. Ontem tivemos uma reunião na CDHU, em que a pessoa que liderava a reunião, dizia o tempo inteiro "A carta de crédito vale para o Estado de São Paulo inteiro". Tem Mongaguá, tem Itanhaém, tem o interior: R$150 mil dá certo lá. A proposta para política habitacional do município. E é importante entendermos onde essas soluções estão acontecendo, e que sejam pensadas articuladamente entre as quadras 36, 37 e 38, que fazem parte de uma mesma ZEIS. E que não seja esquecida a demanda da quadra 50, que a Nete colocou também, que é da mesma região e que não está contemplada em nenhuma dessas propostas. E pelo que estamos conseguindo ver, existe sim capacidade de absorção dessa demanda, que vem desde 2013. Tem também uma questão importante, que no ano passado tivemos uma audiência pública, que foi coordenada pela SEHAB, pelo antigo Secretário. E nessa audiência pública vários pontos foram firmados, vários comprometimentos foram feitos, dentre eles, de que as obras das quadras 37 e 38 só ocorreriam depois que as desapropriações tivessem sido concluídas, que não haveria obra de pedaço em pedaço. Acho que isso é importante nós sabermos, se continuará sendo firmado este acordo, ou não. Tem outra questão super importante também, é que essa é uma área cheia de comerciantes. Esses comerciantes foram removidos e não há nenhuma proposta para os comerciantes nessas áreas. Então, é importante também, sei que esse é um Conselho Municipal de Habitação, mas geração de renda é fundamental para essas famílias. Muitas delas são comerciantes, essa é a fonte de renda delas. Retirar o comércio faz com que elas não consigam ser contempladas pelo processo de habitação. Temos recurso para fazer isso tudo que vocês estão propondo aqui? Porque existe um monte de propostas, mas só se falou de R$50 milhões do FUNDURB, mas não ficou nem claro se esses R$50 milhões é para PPP, é para desapropriação das quadras 37 e 38, para o que é. E sabemos que R$50 milhões não são suficientes para fazer isso tudo. **Sr. André** - Pediria, até em respeito ao que ficou acordado aqui na 3ª Reunião Ordinária, que seria disponibilizado todo o material, que fosse marcado na próxima reunião extraordinária, se possível, para que pudéssemos debater esse assunto tão importante aqui, conforme foi colocado, até com base no Art. 81 da Lei Orgânica do Município. **Sr. Aloísio** – Conselheiro André - Sim, todo o material será disponibilizado com antecedência aos Conselheiros para conhecimento e considerações no momento do debate. Hoje terá, a título de informes, a reunião sobre o conselho gestor da quadra 36, às 18h. Também será feita apresentação pelo corpo técnico da SEHAB, o Secretário Adjunto João Farias estará também na condução dos trabalhos. Quanto ao comércio, existe um grupo a ser instalado para discutir sobre CECIS – Centros de Comércio de Interesse Social. Conselheiro Alexandre, o estudo de massa ainda não definiu sobre as tipologias dos imóveis, como a professora Luciana, da USP, colocou, um projeto básico, executivo para se verificar a viabilidade econômica da implantação conforme cada tipologia. 3.2) Item 4- Calendário dos Grupos de Trabalho e confirmar os participantes. Foi disponibilizado aos senhores essa relação. A solicitação do Voto do CMH é o nº 13/2018 e o calendário e participantes dos grupos de trabalho desta 7ª Gestão. O grupo que versa do Acompanhamento dos Procedimentos de Regularização Fundiária tem a Silvia de Mesquita, que é coordenadora da Regularização Fundiária de SEHAB, o coordenador adjunto, Conselheiro José Marcelo da Silva, relator o Nunes Lopes dos Reis. Já foram realizadas três reuniões: 10 de dezembro, 11 de fevereiro e 26 de fevereiro. Conta com 23 participantes. Então, estão listados os 10 primeiros que fazem parte do Poder Público. O próximo grupo são os participantes da Sociedade Civil. São 5 componentes. E os que representam os Movimentos Populares, no total de 8, tanto Conselheiros quanto indicados. O próximo grupo de trabalho vai tratar da 2ª Conferência Municipal de Habitação. Tem por coordenador do grupo o Aloísio, coordenadora adjunta é Maria de Fátima dos Santos e o relator é o Mário Reali. Foi realizada apenas uma reunião, no dia 05 de dezembro. Conta com 22 participantes, que são: do Poder Público 8 componentes; da Sociedade Civil 2 componentes e dos Movimentos Populares 12 componentes. O grupo de trabalho de Articulação para Aprovação do PMH é composto pelo coordenador Aloísio, ainda está a definir o coordenador adjunto. E a relatoria ficou com a Maria Fernanda Avila de Sousa. Apenas uma reunião realizada, dia 13 de dezembro. E conta com 31 participantes, que são: 7 do Poder Público; 6 da Sociedade Civil e 18 dos Movimentos Populares. A proposta de datas para as próximas reuniões desses grupos de trabalho ficou disposta da seguinte forma: o grupo que trata da Regularização Fundiária, aí cabe um comentário. Já foi minutada uma proposta legislativa e essa proposta será apresentada primeiramente no grupo de trabalho. Os Conselheiros, os indicados que fazem parte deste grupo, aprovando, será encaminhado ao Conselho Pleno. Então, no dia 26 de março, às 10h, será realizada essa reunião para apresentação da minuta. No dia 27 de março, às 10h, será realizada a reunião sobre a 2ª Conferência Municipal de Habitação. O GT sobre aprovação do PMH, o calendário será dia 02 de abril, às 10h. E o comitê que trata da aplicação dos recursos do FMH, que acompanha o plano de aplicabilidade do FMH será no dia 04 de abril, às 10h. Então, peço que todos os Conselheiros e os indicados que se inscreveram anteriormente para fazer parte desses grupos compareçam. Percebemos que há um grande número de ausências. E essas ausências acabam comprometendo o andamento e a evolução dos trabalhos. E não tendo quórum suficiente para representação dos três segmentos que compõe o CMH é declarado como falta, ok? E pode ocasionar a exclusão do grupo, a extinção do grupo de trabalho. Então, vou abrir as inscrições antes de deliberarmos sobre o voto do calendário. **Sra. Eloane** - Secretário, poderíamos enviar e-mail aos Conselheiros para que façam suas inscrições? **Sr. Aloísio** - Pode ser, acho que essa dinâmica, esse fluxo de trabalho é mais adequado. **Sra. Samira** - Gostaríamos de fazer umas indicações de convidado para o do PMH. Pode encaminhar isso por e-mail? **Sr. Aloísio** - Pode encaminhar por e-mail a título de convidados. **Sr. André** - Pedir, se fosse possível, como faço parte e também a companheira Alciete, do Movimento de Regularização Fundiária e também tenho formação acadêmica, para fazer parte, se possível, ou como convidado, do GT de Regularização Fundiária. **Sr. Aloísio** - Conselheiro André, eu peço só para o senhor observar o slide anterior, por gentileza. Esse é calendário futuro, gostaria de lembrar aos conselheiros que o material para as reuniões é enviado tanto por carta, mas também por e-mail peço que os conselheiros observem. **Aloísio** - Está disponível no data show a data do calendário futuro. E como já citei também receberam por e-mail? Vou ler novamente, para esclarecer eventuais dúvidas que ficaram. Regularização Fundiária dia 26 de março. 2ª Conferência Municipal de Habitação, 27 de março. Aprovação do PMH, 02 de abril. Comitê sobre Aplicação de Recursos do FMH, 04 de abril. Todos às 10h da manhã. Com a palavra a Conselheira Tereza Lara. **Sra. Tereza Lara** - Mas espero que na próxima reunião estejamos juntos para construir isso que tanto espero. **Sr. Aloísio** - Senhores, eu peço aos novos Conselheiros que depois compareçam ali na mesa da Secretaria Executiva para assinatura do termo. Há necessidade de eu falar nome a nome? Então, falarei. Os que tomarão posse hoje: Representantes da Secretaria Municipal de Habitação- Titular: Katia Silene Batista dos Santos; Suplente: Luiz Carlos Antunes Correa; Titular: Silvia de Mesquita Rodrigues de Freitas; Suplente: George Artur Falsetti. Representante da Secretaria de Governo Municipal - Titular: Igor Cunha de Souza; Suplente: Caren Vanessa Diniz. Representante da Secretaria Municipal de Gestão- Irineu Gnecco Fillho; Suplente: Leonara Cartana Lonel. Representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano- Titular: Denise Lopes de Souza; Suplente: Patrícia Saran. Representante da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social - Titular: Stella Verzolla Tangerino; Suplente: Vinicius Oliveira do Carmo. Representante da Secretaria Municipal de Licenciamento - Titular: Wendell Zamoner; Suplente: Max Noe Neto. Representante da Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo- Titular: Leandro Medeiros; Suplente: Reinaldo Iapequino. Representante da Secretaria de Habitação do Estado de São Paulo - Titular: Fernando José de Souza Marangoni; Suplente- Cassiano Quevedo Rosas de Ávila. Representante da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo-CDHU- Titular: Eduardo Velucci; Suplente: Maria Cláudia Pereira de Souza. **Sra. Cida Pontes** -Gostaria de colocar meu nome à disposição da Regularização Fundiária e na questão da Conferência das Cidades. Posso me inscrever por e-mail? **Sr. Aloísio** - Cida, a Secretaria Executiva do Conselho registrou, mas também será feito via e-mail, endereço eletrônico. Com a palavra a Conselheira Marisete. **Sra. Marisete** - Gostaria de participar do Comitê de Aplicação. E também queria ver a possibilidade de indicar a Verônica Kroll para participar também. **Sr. Aloísio** - Pode vir como indicado. **Sr. Aloísio** – Lembrando então aos conselheiros que se mostraram interessados em se inscrever e fazer indicações que encaminhem a secretaria executiva por e-mail será essa a dinâmica. Encerradas as inscrições. Iremos ao voto. O voto trata da aprovação do Calendário dos GTs e a confirmação dos participantes. Os Conselheiros que concordam com o calendário fixado, permaneçam como estão. (Pausa) Não havendo manifestação em contrário, declaramos aprovado. O último item de nossa pauta é Outros assuntos. Fernando Cera, da Caixa, tem um breve informe. **Sr. Fernando Cera** - Queria só que ficasse aqui consignado e a possibilidade de deixar esse voto Ad Referendum na próxima reunião, que é a prorrogação do Convênio 27/13, Empreendimento Crédito Solidário Conquista, com 27 unidades, que vence agora no dia 12/04. Como foi encaminhado para a COHAB para análise técnica e não ficou pronto a tempo para submeter a este Conselho, então, é o pedido da Caixa para que pudéssemos votar Ad Referendum. Tendo em vista que vence em 12/04 e a próxima reunião é posterior ao vencimento. É o projeto da Entidade Coopamare, no valor de R$ 545.470,79. É o Convênio 27/13, que vem sendo renovado e pedir para continuar a renovação. Obrigado. **Sr. Aloísio** - Peço que o representante da COHAB se manifeste. Haverá possibilidade da conclusão desses estudos e dessa análise técnica até a próxima reunião ordinária, na proposta do Ad Referendum do Fernando Cera? **Sr. Leandro** - Vai ter sim, a previsão de retorno lá para a SEHAB é 08 de abril, já com a manifestação. **Sr. Aloísio** - Então, o representante da Caixa pediu para inclusão na próxima reunião do Conselho um Voto Ad Referendum para prorrogação do Convênio 27/2013, Coopamare Conquista, porque ele vence dia 12 de abril. É só a título de informes. Algum Conselheiro gostaria de fazer alguma consideração final? **Sr. Sandro** - A consideração final é sobre o item que o Fernando levantou. Estou Conselheiro aqui representando o segmento das Assessorias Técnicas, a Usina. A Usina é uma Assessoria Técnica que trabalha com os Movimentos de Moradia. Estamos acompanhando um projeto, acho que uma pergunta ao Fernando também. O projeto Novo Horizonte, que também está ligado à Coopamare, que recebeu inclusive um aditivo, um valor que foi aprovado aqui neste Conselho, gostaria de perguntar se é possível considerar para essa próxima pauta também? Porque foi liberado o recurso, depois de uma série de trâmites aqui internos, na COHAB, Secretaria de Habitação. No entanto, enfim, há uma série de questões aí para poder retomar a obra. Então, acho que é uma dúvida, se é possível também incluir isso como ponto de pauta para a próxima reunião do Conselho. **Sr. Aloísio** - Ok. Consideração do Conselheiro Sandro sobre mais uma inclusão de pauta para a próxima reunião ordinária. Vamos colocar isso na ata, mas também peço, Conselheiro, que o senhor encaminhe isso via e-mail, também Fernando, via e-mail para a Secretaria Executiva, tudo bem? (Pausa) Perfeito. Mais algum conselheiro? **Sr. Miguel** - Talvez algumas pessoas possam achar desnecessário, Aloísio, mas achei importante que no quadro do Conselho tenha pessoas de tantas secretarias, inclusive da CDHU, da Secretaria do Estado. Gostaria de fazer um pedido, se for possível, inclui alguém da Caixa também, representando o Governo Federal, porque muitos de nós temos N dúvidas referentes à Caixa em quantos projetos e não temos a quem fazer esse pedido. **Sra. Verônica Kroll** - Miguel, não estou defendendo o Cera, nem puxando o saco. Rigorosamente da Caixa, ele é a pessoa que participou de todas as reuniões, isso desde o 1º Conselho. **Sr. Aloísio** - É verdade. **Sr. Fernando Cera** - Como fui citado. Fica à vontade também, a agenda está aberta lá na Superintendência para discutirmos, independentemente das reuniões do Conselho. Fico à disposição. **Sra. Mariza** - Tínhamos pautado na reunião passada, acho que foi no final do ano de 2018. A Denise veio fazer uma apresentação das nossas demandas, das famílias do Quilombo dos Palmares, famílias do Quaresma. A Denise nos falou que durante 90 dias traria ao Conselho a resposta das nossas dúvidas, do que trouxemos de pauta. Então, Secretário Aloísio, queremos, se dá para incluir na próxima reunião do Conselho essa devolutiva da Denise. **Sr. Aloísio** - Teve a 1ª Reunião Extraordinária, não participei, o Secretário Adjunto participou, e acho que ela deu a devolutiva. Não foi a contento? **Sra. Fátima** - Ficou, principalmente nesta reunião, que ela trouxesse a devolutiva para nós, porque a apresentação que ela fez não convém o que ela apresentou e o que pedimos. Pedimos a questão da demanda, a inclusão de todas as demandas no Habitasampa, todas as famílias nos empreendimentos e não nos foi apresentado isso. **Sr. Aloísio**- Peço então, Mariza, que formalize isso por e-mail. Senhores, vamos finalizar a nossa reunião. Agradeço a presença de todos, de todos os segmentos, de todas as associações aqui representadas, tanto dos Movimentos Populares quanto da Sociedade Civil e do Poder Público também. Muito obrigado. Agradeço a todos os colaboradores que fizeram essa reunião se tornar possível. Obrigado. (Encerra-se a reunião)

HOSPITAL DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

GABINETE DO SUPERINTENDENTE

CONTABILIDADE

RETIRADA DE NOTA DE EMPENHO

SETOR DE GESTÃO DE CONTRATOS

Encontra-se a disposição do interessado, após convocação do mesmo, no Setor de Gestão de Contratos, na Rua: Castro Alves, 63/73, 6º andar, de 2 ª a 6ª feira, das 8 às 17 horas, a Nota de Empenho abaixo relacionadas

EMPRESA	PROC/MOD.	NE
OXY SYSTEM EQUIP MÉDICOS LTDA	6210.2019/0003628-0 – DISPENSA	1767

RETIRADA DE NOTA DE EMPENHO

Ficam convocadas as empresas abaixo relacionadas, a retirarem as Nota (s) de Empenho, com a apresentação das cópias autenticadas dos seguintes documentos: CND, FGTS e Certidão de Tributos Mobiliários do Município de São Paulo ou declarações correspondentes, na Gerência Técnica Contábil Financeira, à rua Castro Alves, 63/73 5º Andar de 2 ª a 6ª feira, das 8 às 17 horas, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, (Para Processos de Dispensa/Exclusividade/T.P./Convite e Concorrência) e 03 (Três) dias úteis, (Para Processos de Ata de RP e Pregão), a contar desta data.

EMPRESA	PROC/MOD.	NE
SCHOLLY LATIN AMERICA IMP E COM LTDA	6210.2019/0002716-8 – INEXIGIBILIDADE	1754
SCHOLLY LATIN AMERICA IMP E COM LTDA	6210.2019/0002716-8 – INEXIGIBILIDADE	1766
AJR COM DE MAT PARA CONSTRUÇÃO LTDA	6210.2019/0002920-9 – DISPENSA	1762
EMBRAR EQUIP E COMPONENTES LTDA EPP	6210.2019/0002920-9 – DISPENSA	1763
ADT MATERAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA	6210.2019/0002920-9 – DISPENSA	1764
PSA COMERCIAL LTDA	6210.2019/0002920-9 – DISPENSA	1765
MUNDIAL REFRIGERAÇÃO EIRELI	6210.2019/0002557-2 – ATA DE RP 169/18-HSPM	1761

RETIRADA DE NOTA DE EMPENHO

Ficam convocadas as empresas abaixo relacionadas, a retirarem as Nota (s) de Empenho, com a apresentação das cópias autenticadas dos seguintes documentos: CND, FGTS e Certidão de Tributos Mobiliários do Município de São Paulo ou declarações correspondentes, na Gerência Técnica Contábil Financeira, à rua Castro Alves, 63/73 5º Andar de 2 ª a 6ª feira, das 8 às 17 horas, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, (Para Processos de Dispensa/Exclusividade/T.P./Convite e Concorrência) e 03 (Três) dias úteis, (Para Processos de Ata de RP e Pregão), a contar desta data.

EMPRESA	PROC/MOD.	NE
MEDEVICES PROD MED E HOSP LTDA ME	6210.2019/0003655-8 – DISPENSA	1769

autoridade certificadora oficial
imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO
documento assinado digitalmente
A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br quarta-feira, 29 de maio de 2019 às 02:11:31.